



# Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça  
para os devidos fins.

Em 15/06/2024

Conceição de Maria Lages Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado

Gomes

para relatar.

Em 27/06/24

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça



**ALEPI**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO PIAUÍ

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 125/2024

**AUTOR:** DEPUTADA BARBARA DO FIRMINO

**RELATOR:** DEPUTADO EVALDO GOMES

### I - RELATÓRIO

O presente Projeto de Lei Nº 125 de 10 de junho de 2024 de autoria da Deputada Estadual Barbara do Firmino, dispõe sobre **o desenvolvimento de ações que visem a utilização de recursos de tecnologia assistiva para alunos com deficiência na rede pública estadual de ensino do Piauí.**

Encaminhado os autos a esta Comissão, fui designado Relator para efetuar a análise acerca da constitucionalidade, legalidade e juridicidade da proposta.

É o breve relatório. Passa-se à apreciação.

### II - FUNDAMENTAÇÃO

Nos termos do art. 123, inciso I, a, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, recebi a presente proposição para emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº **125/2024**, observando a sua adequação aos princípios e normas previstos na Constituição Federal, Constituição do Estado do Piauí e demais normas jurídicas.

Importa ressaltar que o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí dispõe como competência da Comissão de Constituição e

Justiça assuntos atinentes a **direitos e garantias fundamentais**. Vejamos o art. 123, I, d:

Art. 123. As Comissões Permanentes desta Assembleia e suas respectivas competências e atribuições são as seguintes:

I - **Comissão de Constituição e Justiça**:

d) assuntos atinentes aos **direitos e garantias fundamentais**, à organização do Estado, à organização dos Poderes e às funções essenciais da Justiça, títulos de cidadania e reconhecimento de utilidade pública;

O direito a educação é consagrado pela Constituição Federal em seu Título II, que versa sobre os direitos e garantias fundamentais, preconizado pelo artigo 6º, o qual elenca direitos sociais que o Estado tem o dever de proporcionar.

Art. 6º São direitos sociais a **educação**, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Sobre a competência legislativa sobre o tema, a Constituição Federal preconiza o seguinte:

Art. 24. Compete à União, **aos Estados** e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)



**ALEPI**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO PIAUÍ

II - orçamento;

III - juntas comerciais;

IV - custas dos serviços forenses;

V - produção e consumo;

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

IX - educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação;

...

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

A Carta Magna aduz ainda em seu artigo 208 o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a **garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência**, preferencialmente na rede regular de ensino.

APROVADO À UNANIMIDADE
EM, ____/____/____
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:
_____

*In casu*, o proponente visa dispor sobre o desenvolvimento de ações que visem a utilização de recursos de tecnologia assistiva para alunos com deficiência na rede pública estadual de ensino do Piauí, com o intuito de ratificar a proteção às pessoas com deficiência como pilar fundamental para a estabilidade social e contribui para refletir a importância de assegurar e promover condições de igualdade, exercício dos direitos e das liberdades fundamentais. E, com isso, realizar a inclusão social e a cidadania de todas as pessoas com deficiência, parcela importante da população.

Resta claro que o Projeto de Lei cumpre os ditames normativos, contempla toda a documentação necessária e apresenta justificativa estatutária.

Por fim, após análise do presente projeto, nota-se que sua proposição está em conformidade com o ordenamento jurídico constitucional e infraconstitucional.

### III - VOTO

Desta forma, voto pela aprovação do projeto em análise.


SALA DE REUNIÃO DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina (PI), 01 de  
julho de 2024.



DEP. EVALDO GOMES

Relator

Av. Marechal Castelo Branco, 201 - Bairro Cabral - CEP. 65000-810 - Teresina - Piauí - Fone (86) 3133-3022  
FAX. (86) 3133 3183 - www.al.pi.leg.br



APROVADO À UNANIMIDADE
EM 02 07 2024
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:
Justica

